autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Antonio Donato, Comissões de Educação, Cultura e Esportes, e de Finanças e Orçamento; PDL 7/22, Danilo do Posto de Saúde, Comissões de Educação, Cultura e Esportes, e de Finanças e Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Lidos os projetos, neste momento suspenderei a sessão para a realização da reunião conjunta das comissões. Convido o Vereador Gilson Barreto para presidir o presente Congresso de Comissões e o Vereador Gilberto Nascimento para assessorá-lo.

Está suspensa a sessão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos ao primeiro item.

- “PL 171/2022, DO EXECUTIVO Dispõe sobre a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos que especifica; cria cargos de provimento em comissão, bem como altera a Lei n° 16.974, de 23 de agosto de 2018, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há pareceres sobre a mesa, que serão lidos.

- É lido o seguinte: (Parecer de CCJ + Parecer Conjunto ao PL 171/22)

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lidos os pareceres, passemos à discussão. Não há oradores inscritos. Está encerrada a discussão. Passemos ao processo de encaminhamento de votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Fernando Holiday.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, a minha fala aqui hoje é muito breve, na verdade, eu venho aqui lamentar que mais uma vez essa Câmara Municipal, por força de uma proposta do Poder Executivo, venha discutir criação de cargos comissionados nesse momento tão trágico que a humanidade vem vivendo.

No meio da pandemia criamos diversos cargos comissionados com salários de 10, 15, 20 mil reais em vários setores da Prefeitura municipal. E agora, em meio a uma guerra, em meio a uma crise econômica, lançada também como consequência dessa guerra, viemos aqui, mais uma vez, criar cargos públicos, transformando funcionários públicos como super cidadãos, que tem benefícios e privilégios que a população que trabalha e batalha na iniciativa privada não tem.

A população não está vendo abertura de vagas de emprego na iniciativa privada, muito pelo contrário, está vendo o fechamento de postos de trabalho, mas é com o trabalho dessas pessoas, através da cobrança de impostos dessas pessoas, que agora essa Câmara vem aqui aprovar essa criação de mais cargos, com salários altíssimos, se comparado à média do trabalhador brasileiro.

E o trabalhador brasileiro vai ter que pagar o seu IPTU, vai ter que pagar o seu ISS, para sustentar mais esse conjunto de cargos públicos na Prefeitura. Esse não é o momento de inchar mais ainda máquina pública, esse não é o momento de criar ainda mais cargos comissionados, esse é o momento de cortar na carne, esse é o momento de dar o exemplo, esse é o momento de aliviar o fardo que a população brasileira está carregando já alguns anos e vai ter que continuar carregando ainda.

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Por essa razão, Sr. Presidente, hoje o meu voto é contrário a esse projeto e farei de tudo para que ele não seja aprovado nessa Câmara Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO (PT) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, bom, eu não tenho nada contra funcionário público, pelo contrário, acho que o funcionário público deve ganhar muito bem, porque prestam um serviço à sociedade, prestam um serviço para comunidade, tem de sempre ser valorizado e isso sem problema nenhum.

Qual é o problema nesse projeto? É que vira e mexe se elimina uma Secretaria, daqui a pouco cria outra, daqui a pouco vem aqui um projeto que o Governo manda dizendo que está extinguindo cargos e, na verdade, é uma enganação, não está extinguindo cargos. Nos enganam aqui nessa Casa, que se está extinguindo alguns cargos, daqui a pouco vemos que recriam outros cargos, com salários muito maiores.

Essa Secretaria de Turismo já existiu, depois foi extinta, e agora está vindo sob outra versão; vira departamento e vem em outra versão. Esse projeto está criando cargos com salários altíssimos: um Secretário com salário de 30 mil reais; um Chefe de Gabinete com salário de 21 mil reais e alguns outros assessores com salários de 10 mil a 18 mil reais. O Vereador Fernando Holiday tem certa razão. Embora tenha raiva dos funcionários públicos, o que não vem ao caso – e não é o caso deste Vereador -, assiste-lhe razão quando S.Exa. fala que o Governo apresenta nesta Casa um projeto que aumenta gastos, criando outra Secretaria e cargos, que sabemos são cargos que serão indicados por algum padrinho. Trata-se de apadrinhamento político. Quem é que não quer um cargozinho com um salário de 30 mil reais? É um bom salário, não é? E um de 18 mil? E um de 21 mil? Aliás, nesse governo, os salários das pessoas que são indicadas, os apadrinhados, têm aumentado bastante. Enquanto isso, os salários dos servidores, que estão na ponta, que

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

estão no dia a dia atendendo à população, aguentando as reclamações da população pelos maus serviços prestados pelo próprio Governo, são cada vez menores. Não existe uma política de valorização de cargos e salários. Quando o funcionalismo reivindica algo em torno muitas vezes da reposição salarial, não consegue.

Portanto, a Bancada do PT votará contrariamente não por ser contra o funcionário público, mas apenas por não concordar com um projeto como esse, em um momento em que todos reclamam. Sei que a Prefeitura está abarrotada de dinheiro, sabemos disso, mas não justifica gastar dinheiro criando cargos com salários enormes. Como eu disse, não vejo nenhum problema em se criarem cargos. Quando éramos governo, vinham projetos para esta Casa para criação de cargos. O problema é vocês tentam nos enganar. Um dia, vem um projeto eliminando cargos; outro dia, outro projeto criando cargos com três até dez vezes o salário dos anteriores, e tudo para apadrinhados políticos. Já o funcionário público não tem plano de carreira nem reajuste salarial.

É bom lembrar que quando Fernando Haddad assumiu a Prefeitura, havia alguns trabalhadores com faixa salarial menor do que um salário mínimo. Para esta Casa, veio um projeto que reajustou salários, recriou plano de carreira dos funcionários, e chegamos até os engenheiros e arquitetos. Lembro-me de que houve um debate intenso quando veio para a Casa o projeto dos arquitetos, com um plano de carreira que, naquele momento, valorizou esses profissionais, corrigindo seus salários. Ainda não vi isso nesse governo.

Por isso, nosso posicionamento é contrário. Não que sejamos contra funcionários públicos. Aliás, o projeto diz respeito a pessoas que são funcionários públicos temporariamente, porque são todos apadrinhados políticos, que ficarão na Prefeitura enquanto o atual governo estiver, depois entregarão os cargos. Por esse motivo, a Bancada do PT votará contrariamente, entendendo que não é o momento de se criarem cargos com esses enormes salários, de até 30 mil reais. Quanto ganha o Prefeito? Não é 30 mil também? Não sou demagogo; acho que 30 mil para o Prefeito é um salário até baixo pela sua responsabilidade. Acho que um prefeito de uma cidade do tamanho da de São

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Paulo tem que ganhar muito bem, porque sei que um dirigente de uma multinacional ganha muito mais do que isso. Então, não sou demagogo de achar que um salário de 30 mil reais para um prefeito seja alto; não acho isso. Aliás, muitos assessores de V.Exas. estão ganhando muito bem e fazendo pouco; está cheio de incompetentes nesse governo. Não estão conseguindo nem tapar os buracos, o mato está tomando conta da Cidade, os cavalos cuidando do parque onde eu ando; já reclamei aqui várias vezes, e não se resolve o problema. Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar os pares presentes, quem também está nos acompanhando pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, está ali o Pastor André, ouvindo atentamente, mas vou falar de outros assuntos, André, fique tranquilo.

A referida matéria do dia de hoje: Olha só o PL, o título: 171. O que lembra 171? Um tremendo 171. Vereador Eli Corrêa! Ui, gente, o tremendo 171! Mas é a matéria que está aqui em discussão. É o projeto que cria cargos na cidade de São Paulo.

Se tem algo que não devemos ser contra é quando você está produzindo, gerando empregos, criando cargos, eu acho que nós não vamos nunca ser contra por uma série de fatores: a crise, a dificuldade etc. e tal. Porém, seria muito mais prudente se o Governo tivesse prestando um concurso público para contratar novos profissionais para a área da Saúde que está um caos, precisamos de mais servidores na área da saúde.

O Secretário Edson Aparecido que sempre vem aqui, quero até aproveitar para tecer minhas referências a ele que vem prestando um ótimo serviço na Saúde, na Cidade. Ele mesmo aponta todos os dias que faltam profissionais, faltam médicos, faltam profissionais em diversos setores da grande área da saúde. A Prefeitura está fazendo um concurso para contratar mais profissionais da área da saúde, professores, engenheiros,

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

arquitetos, porque, afinal, há falta em tudo isso.

Mas, não, estamos vendo um tremendo 171 para contemplar alguns ajustes internos e, assim, contratar funcionários de livre nomeação etc. e tal. Esse é o único problema aqui, pois eu acho que poderia, nesse momento, estar discutindo também a contratação de pessoas concursadas porque a Cidade requer.

Na Guarda Civil Metropolitana, por exemplo, nós sabemos que há uma defasagem muito grande na corporação, aqui em São Paulo. Poderia ter muito mais guardas. Poderíamos, nesse momento, estar justamente discutindo isso para a Cidade, o que seria muito bom no meu ponto de vista.

Portanto, jamais eu irei contra a contratação de profissionais; jamais serei contra ao aumento de salário para trabalhador, não importa qual o segmento. Outro dia mesmo discutimos um aumento na chamada Operação Delegada e eu falei: "Votei favorável porque o policial também é um trabalhador como qualquer outro, seja ele policial civil ou militar, ou mesmo um agente da perícia técnica, é um profissional e temos de respeitar". Todo trabalhador merece e tem de receber uma remuneração justa por aquilo que presta, desde que preste um serviço de qualidade.

E é isso que desejamos deixar claro. Baseado nisso, pensando nisso, sabendo que a Cidade precisa se desenvolver ainda mais, que a Cidade precisa distribuir um pouco desse montante de recurso que tem, afinal, tem dinheiro em caixa. Seria prudente que tivesse, agora, as contratações por concursos públicos. Prefeito Ricardo Nunes, concursos públicos para essas áreas que eu acho muito importante e seria algo que traria um ganho muito grande para a cidade de São Paulo.

Para finalizar minha fala, quero também mandar um recado ao Sr. Prefeito: precisa ter uma atenção especial com o povo mais pobre da cidade de São Paulo que está passando necessidade. Tem pessoas nas periferias, tem gente na periferia que está passando fome, nobre Vereador Eli Corrêa, e outros nobres Vereadores que estão atentos aqui. Pessoas passando necessidade numa cidade como São Paulo. Não têm o que comer. Há famílias pedindo uma cesta básica pelo amor de Deus! E a Prefeitura poderia

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

fazer um gesto nesse momento; poderia aumentar esse volume de cesta básica que andou distribuindo, mas que, ultimamente, não tem distribuído mais. Isso está trazendo um desequilíbrio social muito grande, pois há muitas famílias passando necessidade. Isso não é brincadeira, gente!

Então fica aqui meu recado. Recomendo o voto contrário do Partido dos Trabalhadores, mas é isso que faremos. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Sr. Presidente, é claro que nós não somos a favor do Estado Mínimo, porque nós achamos que o Estado tem que se reestruturar para atender as necessidades da população, mas o que nos deixa com o pé atrás com esse projeto e bastante cautelosos é o fato de ele ter chegado de repente sem que tenhamos visto nenhuma conversa com a sociedade civil, nem mesmo com os setores empresariais, sobre a necessidade de reestruturar a Secretaria de Turismo.

Conversando com alguns dos Srs. Vereadores da base, constatamos que nem S.Exas. sabiam da vinda desse projeto; a Câmara Municipal, a Associação do Comércio e as Organizações Sociais não sabem de onde surgiu essa ideia e qual a necessidade da reestruturação da Secretaria de Turismo. Eu até acho que ela deve acontecer, mas programada, discutida, pensada, com gestão do que isso vai realmente se efetivar para a cidade de São Paulo. No entanto, não me parece ser o que vai acontecer.

Nós não estamos falando de pouca coisa. Como explanou agora há pouco o nobre Vereador Alfredinho, são 19 cargos, sendo o mais alto, claro, o de Secretário, com um salário de 30 mil reais, passando por Secretário Adjunto e Chefe de Gabinete, com salário próximo de 21 mil reais; somando os 19 cargos, a despesa chega a 117 mil reais por mês e, ao ano, 1,4 milhão será desembolsado pelos cofres públicos sem que haja um planejamento estratégico do que a Secretaria vai querer implementar ou de como vai

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

fomentar o turismo na cidade de São Paulo.

Por mais que nós sejamos contra o Estado Mínimo, nós não temos problema com criação de cargos, e o nosso partido acha inclusive que tem que haver cargos, porque há falta de cargos em tudo quanto é lugar, não só na área da saúde, mas também na assistência social. Eu tenho visitado as escolas, e nós temos a proposta de ter módulos para os ATEs, porque, quando eles têm licença médica por um ou dois meses, aquele funcionário não vai trabalhar e não há uma pessoa para colocar no lugar; não existe um substituto, não existe um módulo para o cargo.

Há, sim, a necessidade de haver alguns cargos na Prefeitura para melhorar a qualidade, por exemplo, da educação pública. Projetos como esses não vêm para cá, mas veio um que vai fomentar 19 cargos sem ter tido uma discussão com a sociedade civil e com a Câmara Municipal. Por isso, nós ficamos muito preocupados com este tipo de coisa: cargos para não concursados, cargos de confiança do Prefeito.

Eu concordo com os nobres Vereadores Senival e Alfredinho quando dizem que fica parecendo que precisam adequar, dentro da gestão, alguns apadrinhados e afilhados políticos, e cargos dessa natureza são criados para contemplá-los. Eu quero muito escutar de quem vai defender esse projeto do Governo qual será o plano de trabalho estipulado por essa Secretaria e espero que não sejam falas vagas, mas que mostrem realmente um plano estabelecido de fomento ao turismo na cidade de São Paulo, porque sempre sobra para o trabalhador servidor público: é Sampaprev, é arrocho salarial de 0,01%, é falta de condições de trabalho de todos os lados.

Tenho certeza de que os Srs. Vereadores e Vereadoras estão visitando vários estabelecimentos públicos e estão sentindo a dificuldade, desde a GCM, cujos guardas, na Inspetoria de Itaquera e de São Mateus, estão construindo algumas salas e até a cozinha, tudo com material doado pela sociedade. É vergonhoso para uma cidade, como São Paulo, que tem 27 bilhões em caixa, ficar atrás de doação e colocar os próprios servidores públicos, fora do seu horário de trabalho, nas suas folgas, para ficar fazendo construção, coisa que a Prefeitura tem toda a condição de fazer e implementar.

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Estou só falando dessa situação. Poderia falar de “n” situações de escolas, dos CTAs. Então, a indicação do PSOL é voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, telespectadores da TV Câmara São Paulo, subo a esta tribuna para falar do PL 171/22. Começa com o número do projeto que deu azar. O Prefeito Ricardo deu azar com 171. Não é um bom número para um projeto de lei. E é um projeto de lei que vem fazer a criação de cargos. É uma reestruturação de cargos relacionados à Secretaria de Turismo e Secretaria de Gestão.

É importante mesmo ter uma Secretaria de Gestão forte no município de São Paulo porque os problemas são imensos na cidade de São Paulo com os servidores. Então, é importante mesmo que tenha, mas não há nenhum mérito em discutir a Secretaria de Gestão e a Secretaria do Turismo.

Estamos debatendo este projeto, mas no ano passado tivemos vários projetos que entraram na Câmara Municipal em regime de urgência tratando da criação de cargos, do aumento dos vencimentos dos subprefeitos, dos secretários, aumentos que variaram de 37 a 83%. Pasmem, senhores e senhoras. Foram projetos pautados em regime de urgência e foram votados. Votei contra esse projeto. A Bancada do PSOL votou contra, mas a base do Governo, a maioria votou a favor contemplando ganhos exorbitantes, inclusive para secretários, subprefeitos.

Agora, e o conjunto dos servidores públicos? Aí vem a crítica que temos de fazer e esse debate tem de ser feito na Câmara Municipal. Temos a lei que determina que a cada ano o Prefeito em exercício, que está lá de plantão no edifício Matarazzo, encaminhe à Câmara Municipal projeto de lei para tratar do dissídio dos servidores públicos, a recomposição inflacionária do período para os servidores públicos municipais.

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Esse dissídio ocorre todo mês de maio de todos os anos. Estamos quase no final de março e até agora o projeto relativo a 2021 do dissídio, da recomposição salarial dos servidores públicos do ano passado, não chegou a esta Casa. Não chegou a esta Casa. É uma vergonha e a temos de cobrar.

Faço também um apelo ao Presidente da Câmara Milton Leite. Quando V.Exa. sentar com o Prefeito ou estiver como Prefeito em exercício também encaminhar esse projeto que é muito urgente para o reajuste dos Servidores Públicos.

O próprio Doria encaminhou projeto à Assembleia Legislativa e não recompõe nem metade da inflação, mas, mesmo sendo um governo horrível, ainda assim mandou um projeto de 20% para os servidores da saúde e segurança pública e 10% para os demais servidores.

Aqui, nem projeto de lei chegou à Câmara Municipal. Então, é mais uma contradição do Prefeito criando cargos e fazendo reestruturação, mas quando é para tratar do conjunto dos Servidores Públicos, fecha os olhos, há uma venda incrível.

A Prefeitura de São Paulo tem mais de 20 bilhões de reais aplicados. A Prefeitura de São Paulo não é banco, mas tem aplicado. Agora, neste momento, a Prefeitura acabou de fazer um acordo espúrio com o Governo Federal, com o Governo Bolsonaro, abrindo mão de 24 bilhões de reais nos próximos anos, mas também ficamos livres desses três bilhões de reais por ano da dívida do Município. Mas nada de se falar em uma recomposição, em um dissídio diferente, porque a política salarial, no Município de São Paulo, tem sido esta, de 0,01%, e já não é de agora, é de algum tempo. Então, o Prefeito Ricardo Nunes tem de quebrar esse paradigma. É uma responsabilidade do Prefeito Ricardo Nunes, que esteve aqui muito recentemente como Vereador da Comissão de Finanças, e que sabe muito bem dos números e sabe que a Prefeitura de São Paulo tem condições de encaminhar para esta Casa um projeto diferente dessa política de 0,01, quebrar esse paradigma; acompanhar, aí, o Governador e atender os servidores públicos, que estão em penúria.

Também falo aqui a respeito do auxílio emergencial, que a Prefeitura de São

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Paulo jamais encaminhou um projeto para a Câmara Municipal. A Câmara Municipal que votou o projeto do auxílio emergencial, um valor pífio e que, nem sequer, foi prorrogado. A Prefeitura de São Paulo tem condições de dar um acolhimento para essas pessoas que estão em condição de vulnerabilidade, porque nós temos recursos; a Prefeitura de São Paulo tem recursos, tem um caixa bom. Aumentou a arrecadação em 2020, aumentou a arrecadação em 2021. Então, tem de se fazer um debate, nesta Casa, com um projeto decente e cada Vereador e cada Vereadora votando também pelo conjunto dos servidores, por uma política salarial diferenciada.

Então, para este projeto, eu encaminho voto contrário porque, em segunda votação, nós esperamos que o projeto venha com uma política salarial também de reajuste dos servidores públicos municipais e trate isso no conjunto da reformulação, da estrutura da Prefeitura de São Paulo. Mas, isoladamente, se votarmos neste projeto, os servidores públicos ficarão abandonados por mais um ou dois anos, e nós queremos urgência.

Prefeito Ricardo Nunes, encaminhe à Câmara Municipal o projeto do dissídio dos servidores públicos municipais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhamento, o Vereador Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) – Obrigado, Presidente, pela oportunidade de falar sobre este projeto, PL 171/22, que trata sobre a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos. Claro, referente especificamente à volta, ao retorno da Secretaria de Turismo, como foi no passado, exatamente da mesma maneira. Então, não é surpresa para ninguém. Nós entendemos que também foi um toque, aí, inclusive, de uma certa sorte quando o Prefeito Bruno Covas acabou extinguindo a Secretaria. E por que eu digo sorte? Porque nós viemos em dois anos de pandemia. Claro, estamos todos aqui com a máscara na mão, utilizando a máscara e também muito receosos

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

de estar com relação pessoal com as pessoas. Porém, o que nós não podemos aceitar é o que foi falado aqui, por exemplo, sobre a necessidade, se ela existe ou não, de se ter uma Secretaria de Turismo na Cidade. E eu venho aqui defender exatamente isso. Estamos na cidade de São Paulo, na maior cidade do Brasil, em uma cidade extremamente reconhecida por já algumas formas de turismo. Como todos sabem o principal turismo, aqui em São Paulo, é o de negócios. Agora, nós temos a oportunidade do turismo gastronômico, o próprio turismo de lazer, de passeio. Porém, isso não tem sido efetivado porque não se tem equipe ou funcionários suficientes para isso.

Hoje, na Secretaria Executiva de Turismo, que já existe, nós temos 12 pessoas. Este é um momento de retomada. É um momento fundamental. Em uma segunda votação, vamos trazer, inclusive, os números do que foi a Secretaria antes de ela virar uma Secretaria Executiva, e hoje como está e o que tem sido atendido na cidade de São Paulo.

Então, é fundamental, pensando em emprego, pensando na renda e no fomento que uma Secretaria de Turismo - bem utilizada e bem apoiada, inclusive, pelos Vereadores e por este mercado, pelos empresários – pode proporcionar. Nós temos cidades, no mundo inteiro, que são extremamente reconhecidas por seu aspecto turístico. Muitas cidades que, se você for pensar em outras áreas econômicas, elas não estão em nenhum mapa dos números econômicos do mundo. Porém, quando se entra na parte de Turismo, elas começam a subir em seu *ranking*, na questão econômica, exatamente porque extremamente adeptas ao turismo, utilizam do seu potencial.

E nós somos Vereadores representantes da Cidade como um todo e temos muitos cantos da Cidade que, com certeza, chamariam muito a atenção de turistas, não só do turismo interno, como todos os levantamentos pós-pandemia já demonstraram que vai crescer e tem crescido muito o turismo nacional, o turismo estadual. Ou seja, o turismo interno, mas também o turismo internacional, porque São Paulo, com certeza, chama a atenção do mundo e todos querem e temos de proporcionar isso para a nossa economia, para o emprego e renda na cidade de São Paulo, para que seja cada vez mais um ponto turístico mundial.

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.

autuado por MARCOS A. LEONIDAS em 01/04/2022 12:24:06.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Encerrado o encaminhamento de votação.

A votos o PL 171/2022. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

- Registro, por microfone, do voto contrários dos Srs. Senival Moura, Alfredinho, Luana Alves, Fernando Holiday, Alessandro Guedes, Celso Giannazi, Jair Tatto, Antonio Donato, Silvia da Bancada Feminista, Erika Hilton, Cris Monteiro, Toninho Vespoli, Elaine do Quilombo Periférico, Eduardo Matarazzo Suplicy; e, junto à Presidência, do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Registrem-se os votos contrários dos nobres Vereadores Senival Moura, Alfredinho, Luana Alves, Fernando Holiday, Alessandro Guedes, Celso Giannazi, Jair Tatto, Antonio Donato, Silvia da Bancada Feminista, Erika Hilton, Cris Monteiro, Toninho Vespoli, Elaine do Quilombo Periférico, Eduardo Matarazzo Suplicy e Rubinho Nunes.

Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Passarei a presidência dos trabalhos ao Vereador Fernando Holiday, que conduzirá os trabalhos até o encerramento da presente sessão e votação dos demais projetos pautados, ainda comportando a declaração de voto da nobre Vereadora Luana Alves.

Tem a palavra, para declaração de voto, a nobre Vereadora Luana Alves.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, peço que registre meu voto contrário ao PL 171/2022.

Matéria REGTAQ 16/2022. Documento digitalizado e autenticado por MARCOS ANTONIO LEONIDAS, juntado ao PL 171/2022 por MARCOS A. LEONIDAS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=366016.